



Submetido em: 04/04/2022 | Aceito em: 07/04/2022 | Publicado em: 18/04/2022 | Artigo

A ATUAÇÃO DO INSPETOR ESCOLAR

Valdemar Barbosa Lima Júnior

Licenciado em Letras - Libras (Faculdade Eficaz)

Mestrando em Estudos Linguísticos (UFMG).

RESUMO: Esta é uma pesquisa acerca da atuação do inspetor escolar de Minas Gerais, desde sua experiência como educador à prática de trabalho, enquanto gestor. Este trabalho foi fruto da conclusão de uma especialização em Inspeção Escolar, a distância, realizada na cidade de Belo Horizonte. A sistemática surgiu devido à falta de publicações na área, com o propósito de um direcionamento àqueles que necessitam de uma formação teórica e prática para esse cargo, o qual exige uma atuação dinâmica. O intuito foi também compreender quais barreiras esse profissional enfrenta, seus avanços, bem como fazer apontamentos sobre como se tornar um inspetor mais preparado. Entrevistou-se quatro inspetores de Belo Horizonte no ano de 2018 a fim de se compreender questões relacionadas as suas atuações. Compreende-se que boa parte da formação ocorre no trabalho, os cursos de formação precisam de implementações, o trabalho requer estudo e boa interação com colegas.

Palavras-chave: Inspetor Escolar; Perfil Profissional; Atuação

ABSTRACT: This is a research about the performance of the school inspector of Minas Gerais, from his experience as an educator to his work practice, as a manager. This work was the result of the conclusion of a specialization in School Inspection, at a distance, carried out in the city of Belo Horizonte. The theme emerged due to the lack of publications in the area, with the purpose of targeting those who need theoretical and practical training for this position, which requires dynamic performance. The aim was also to understand what barriers this professional faces, his advances, as well as make mentions on how to become a more prepared inspector. We interviewed four school inspectors from Belo Horizonte in 2018, in order to we understand issues related to their work. Wenderstood that much of the training takes place on the job, the training courses needs implementation and the work requires study and good interaction with colleagues.

Keywords: School inspector; Professional profile; Acting

1. INTRODUÇÃO

Manter uma instituição educacional com profissionais competentes, motivados, com espírito de equipe qualidade no ensino, requer uma boa orientação e acompanhamento da Gestão. Essas são algumas das funções do inspetor escolar. Acima de tudo, motivar e educar.





São tarefas que requerem dinamismo, humanidade, boa compreensão e interpretação das leis (BIASE e SILVA, 2021).

Este artigo foi fruto de uma conclusão de uma especialização em Inspeção Escolar. Neste trabalho pretende-se lançar luz acerca da atividade do inspetor, sua trajetória, seu perfil profissional etc. Trata-se de uma melhor compreensão da realidade deste profissional, no intuito de lançar bases para aqueles que desejam se tornar profissionais da área. Inicialmente, o intuito, na pesquisa, foi entrevistar dez inspetores, porém não foi possível devido à dificuldade em contatar inspetores, bem como o desinteresse deles em responder da pesquisa. Conforme veremos, eles têm muita demanda de trabalho.

Conseguiu-se no total quatro entrevistas no ano de 2018, por meio de um questionário aberto e enviado por e-mail. Além disso, o autor faz apontamentos acerca do inspetor e sua atuação, conforme sua vivência, enquanto professor no ambiente escolar, em nove escolas estaduais de MG, nos anos de 2006 a 2019. Dentre os entrevistados, três eram do sexo feminino, e um do sexo masculino. Entrevistou-se quatro inspetores da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, das metropolitanas: A, B e C. A idade média deles é de trinta e sete anos.

Acredita-se que aqueles que estão se formando, bem como os que se formarão na área, poderão ter uma visão mais ampla e concreta da atuação do inspetor, por meio da leitura deste trabalho. Optou-se por entrevistar alguns profissionais atuantes, buscando averiguar quais as formações e capacitações existem, quais os anseios, as dificuldades e as conquistas desses profissionais neste trabalho tão dinâmico. Buscou-se analisar também o que é oferecido hoje na cidade de Belo Horizonte, em se tratando de formação, para que um educador possa se tornar um inspetor capacitado, caso tenha esse objetivo. Analisou-se um curso de especialização, a fim de compreender o que é ofertado hoje, para que uma pessoa seja habilitada na área.

Finalmente, foram apontadas lacunas existentes na formação, na prática, na interação





com outros profissionais e desafios diários no trabalho, sugerindo implementação, para que futuros profissionais tenham conhecimento da área no intuito de atuarem de maneira mais segura e eficaz. Propôs-se futuros trabalhos e temas com o propósito de que esses profissionais venham a ter mais acesso a pesquisas e informações sobre a temática.

2. QUEM É O INSPETOR ESCOLAR?

Em Minas Gerais, atualmente, há o cargo de Inspetor Escolar ou Analista Educacional. Cargo que, em outros estados, já foi extinto ou substituído por outros termos tais como: acompanhante escolar, orientador, supervisor, dentre outros. De acordo com o dicionário online de Português, o inspetor é:

Que ou quem exerce inspeção sobre alguma coisa; título dado aos encarregados de examinar os atos dos funcionários subalternos para informar as autoridades superiores: inspetor das fábricas; general inspetor (Dicionário online de Português).

Esse profissional atua inspecionando, ou seja, acompanhando o funcionamento das instituições educacionais e dando feedback às superintendências, bem como estimulando a equipe de profissionais das instituições de ensino.

Santiago (2021, p. 2) Explica que: “O serviço de Inspeção Escolar liga e congrega o espaço escolar as atividades estruturadas e administrativas das unidades escolares às superintendências regionais de ensino e ao órgão centralizador que são as Secretarias de Estado da Educação”.

Em se tratando das atribuições do Inspetor, a resolução SEE 3.428, de 13 de junho de 2017, cita que as funções dele compreendem:

- I - *orientação, assistência e controle* do processo administrativo das escolas e, na forma do regulamento, do seu processo pedagógico;
- II - *orientação* da organização dos processos de criação, autorização de funcionamento, *reconhecimento e registro* de escolas, no âmbito de sua área de atuação;
- III - *garantia* de regularidade do funcionamento das escolas, em todos os aspectos;
- IV - *responsabilidade* pelo fluxo correto e regular de informações





entre escolas, os órgãos regionais e o órgão central da SEE;

a) *conferir* a autenticidade e a exatidão da documentação da escola, referendando-a antes de seu encaminhamento à SRE;

b) *homologar* as designações, assinando o Q.I., juntamente com o Diretor da Escola.

V - *exercer* outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, previstas na regulamentação aplicável e de acordo com a política pública educacional (Secretaria de Educação, MG, Resolução 3428/17).

O inspetor escolar tem a função de orientar, dar assistência, verificar e assinar documentos, mediar a situação da escola à Superintendência Regional de Ensino (SRE). Muitas vezes, a inspeção age diretamente com a gestão escolar. Esse profissional trabalha em um cargo de 40h semanais, faz visitas semanais às escolas designadas a ele.

De acordo com os entrevistados neste artigo, o trabalho envolve verificar, orientar a gestão e demais servidores, bem como proteger servidores e estudantes. Cabe a ele também acompanhar o andamento da instituição, administrativa e pedagógica, fazendo cumprir a legislação. Seu trabalho requer muita leitura, pesquisa e trocas de experiências.

Conforme as entrevistas, um dos inspetores informou que o trabalho dele se relaciona a “Leitura, pesquisa, observação e troca de experiências com colegas que estão há mais tempo atuando.” O segundo entrevistado apontou que sua ação envolve: “Orientar e acompanhar a parte administrativa e pedagógica das escolas estaduais e privadas, observando se estão em observância às legislações.”

É um desafio fazer cumprir as leis. Pois é necessário conhecê-las bem, saber interpretá-las e, muitas vezes, deixar de lado opiniões pessoais. Sua atuação requer manter o profissionalismo, para fazer cumprir a legislação educacional e outras relacionadas, porque, conforme Santiago (2021), a educação é regida por normas do Conselho Nacional e Estadual de Educação (CNE/CEE) e Secretaria Estadual de Educação (SEE).

Os autores Biase e Silva (2021) apontam que [...] “este (o inspetor) deve conhecer a realidade escolar e se inteirar dos fatos com clareza nos diversos ambientes da instituição,





propiciando uma intervenção mais segura e justa”.

Antes de iniciar o trabalho na inspeção, esses profissionais entrevistados atuaram como coordenadores pedagógicos, secretários acadêmicos, professores na educação básica e profissional, especialistas e supervisores. O tempo médio de serviço deles nessas áreas educacionais é de oito anos. Sendo assim, eles tiveram uma boa experiência na área pedagógica, lidaram com estudantes e professores, diretamente. Isso é fundamental visto que atuam juntamente à comunidade escolar.

O trabalho de inspeção envolve lidar com inúmeras pessoas, seja dentro ou fora do ambiente escolar (SANTIAGO, 2021). Interpretar e fazer cumprir as leis pode ser uma tarefa vista como autoritária. Contudo, requer bom senso e profissionalismo, para não deixar opiniões e gostos pessoais interferirem no trabalho.

2.1 UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO E PRÁTICA

Segundo a lei 5.692/71, artigo 33:

A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de *graduação*, com duração plena ou curta, ou de *pós-graduação*.

Conforme resultados da pesquisa, todos os cinco entrevistados são licenciados em Pedagogia. Apenas dois com especialização. O edital de 11 de julho de 2011 da Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG) estabeleceu que, para atuar como inspetor é necessária qualquer graduação, acrescida de pós-graduação em Inspeção Escolar. A formação exigida era da seguinte forma:

Analista Educacional – ANE – Nível I Grau A – Inspeção Escolar: diploma devidamente registrado de curso legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em *Pedagogia*, com habilitação específica em Inspeção Escolar, ou de Licenciatura Plena em *área específica*,





acrescida de *pós-graduação* em Inspeção Escolar, expedido por instituição de ensino superior credenciada; (Secretaria de Educação/MG, edital 01/2011).

Conforme se pode notar, a formação preconizada em lei é licenciatura em Pedagogia com habilitação em Inspeção ou qualquer licenciatura acrescida de especialização em Inspeção (BRASIL, 1996). A seguir, apresenta-se um quadro apontando a formação dos entrevistados.

Quadro 1

Participantes	Graduação	Especialização
Inspetor 1	Pedagogia/Inspeção	- Gestão de Projetos -Psicopedagogia
Inspetor 2	Pedagogia/Inspeção	- Letramento e Alfabetização
Inspetor 3	-Pedagogia/Inspeção -Psicologia	- Não tem
Inspetor 4	Pedagogia	- Não tem

Fonte: Autoria própria (2022).

Nota-se que, todos possuem curso superior em licenciatura plena em Pedagogia. Dois deles não possuem especialização. O regime de trabalho é de 40h semanais, com salário médio líquido de R\$5.150,00 mensais, de acordo com o site Portal da Transparência de Minas Gerais.

Como um inspetor pode chegar a se tornar um profissional experiente, além da formação específica? Segundo os entrevistados, é necessário treinamento e troca de experiências, vontade de aprender, pesquisar, ler, pois trata de um trabalho dinâmico. Também são necessárias capacitações constantes, e algumas são oferecidas dentro das Superintendências pela Secretaria de Educação. Um dos entrevistados disse que “há, quinzenalmente, um plantão em que eles recebem informações importantes a serem





repassadas para as instituições escolares”.

Em suma, a prática constante se faz necessária, bem como há necessidade de uma maior comunicação entre a Superintendência e a Secretaria.

A fim de conhecer um curso de formação em pós-graduação para inspetor, foi realizada uma pesquisa em uma especialização de uma instituição de Belo Horizonte. Por questões éticas, optou-se por não citar o nome da instituição. O curso é de 580h, oferecido a distância e contém oito disciplinas. Dentre elas:

- Metodologia Científica,
- Didática no Ensino Superior,
- Ética na Educação,
- Práticas de Inspeção Escolar,
- Políticas Públicas,
- Avaliação Institucional
- Legislação Educacional
- Trabalho de Conclusão de Curso

As disciplinas são ofertadas apenas em texto escrito e, no final há um questionário contendo dez perguntas, o qual o estudante tem que responder. Caso consiga a média de 70%, ele conclui a disciplina que contém cerca de 80h a 85h. No final do curso, o estudante faz um TCC no formato de artigo científico. Percebeu-se que, no curso, não há vídeos, não há acessibilidade para pessoas surdas, por exemplo, com tradução para Libras. Também não há fóruns de discussão e nem tutoria de um profissional em inspeção. Não há uma garantia de que o próprio estudante tenha feito as avaliações, pois as provas são online, feitas em casa, no computador. Também não há um orientador ou revisor para o TCC, apenas o material escrito explicando o formato do trabalho com as orientações.

Um curso em si não garante total conhecimento do trabalho do inspetor. Como disseram os entrevistados, a atuação envolve prática, trocas de experiências e conhecimento





das leis, estudo das leis com leituras intensas e constantes. O profissional que deseja atuar deve passar por todos esses processos.

Foi realizada uma pesquisa no google a fim de encontrar cursos de Pedagogia com habilitação em inspeção escolar, porém, não foram encontrados. Conforme a Lei 5.692/71, a formação para atuar pode ser a Graduação em Pedagogia ou Licenciatura, acrescida de especialização em Inspeção. O curso de Pedagogia envolve um leque de possibilidades tais como: a docência, orientação, supervisão, inspeção etc.

A formação e conhecimento acerca do trabalho do inspetor, na maior parte, se dá durante a atuação, pois há capacitações dentro das Superintendências, troca de conhecimentos entre os inspetores, plantões de estudos, atendimentos etc. Um dos inspetores citou que um ponto positivo em relação ao seu trabalho foi “ter feito um estágio nas escolas antes de atuar”.

2.2 ANSEIOS E DESAFIOS DO PROFISSIONAL

Ao se informar sobre os anseios dos inspetores, vimos que há desafios enfrentados diariamente. Dentre eles, uma rotina árdua de leitura, consulta entre os profissionais para tirar dúvidas.

Na entrevista, perguntou-se sobre as experiências na atuação, tanto positivas quanto negativas. Alguns desafios citados por eles foram: a falta de conhecimento antes de atuar, lidar com uma área diferente da atuação anterior, construir novos saberes e habilidades, atender a muitas escolas, a falta de um escritório dentro da superintendência, garantir o cumprimento da legislação sem deixar o lado humano, distanciamento da Secretaria e superintendência, início da atuação sem treinamento etc.

Houve pontos positivos observados, foram eles: a experiência na pedagogia hospitalar, o estágio e o poder transformador da educação, o resultado positivo da escola, a resolução de conflitos, a garantia de direitos dos servidores e alunos, o apoio e acolhida de colegas.

Foi observado que, ainda falta mais treinamento e trocas de experiências, uma melhor





formação, melhor comunicação entre a Secretaria e Superintendência, especificamente com a inspeção. Na formação, foram apontados alguns entraves como: a dificuldade em conciliar trabalhos e estudos, muitos textos e trabalhos, grande foco apenas em gestão durante o curso. A sugestão de melhoramento é para que haja melhor formação e mais prática.

Sendo assim, aqueles que se interessam em atuar na área de inspeção precisam ater-se à vontade de aprender, pesquisar e ler, pois o perfil desse profissional é dinâmico, visto que são muitas as resoluções e orientações da SEE. Um dos entrevistados disse que “Não se tem rotina, há muita responsabilidade e cobrança. É preciso ter sempre um espírito de educador”.

Em suma, o trabalho do inspetor, envolve leitura, pesquisa, observação, troca de experiência, orientação, comunicação e educar. O que há de formação hoje no campo de trabalho do atuante é a capacitação por conta própria durante as demandas, a capacitação mensal organizada e oferecida pela superintendência, bem como o plantão quinzenal em que recebem as orientações a serem repassadas às escolas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à trajetória do inspetor, notou-se questionamentos e inquietações sobre a formação e informação necessárias. Existe uma boa interação entre eles a fim de tirarem dúvidas, bem como apoio mútua com a finalidade de atuarem com competência, certeza e acertos.

Alguns desafios precisam ser superados, como por exemplo, a visão que a comunidade escolar tem do inspetor. É indispensável haver mais diálogo entre inspetores e professores, para que se desmistifique a ideia de posição arbitrária e autoritária da inspeção. Muitas vezes há distanciamento da equipe pedagógica e inspeção, tornando assim um grupo dividido. Um exemplo é a falta de contato que o inspetor tem com os professores.

Às vezes, o inspetor apresenta as leis a serem cumpridas, mas talvez não conheça todos os pontos de vista dos professores. Pode ocorrer também algum equívoco na interpretação das





leis. Para exemplificar, a questão da carga horária do professor/intérprete de Libras que gera várias discussões.

Verifica-se também que, a gestão, às vezes submissa, apenas repassa aos professores o que tem de ser cumprido, com pouca mediação entre a comunidade escolar e inspeção.

Conforme análise do curso de especialização, notou-se que há certo direcionamento dos temas para a prática do profissional de inspeção, porém há falta de um maior aprofundamento quanto à profissionalização e à prática. Não há tutoria, nem fórum, impossibilitando trocas de ideias e informações entre professor estudante. Notou-se que, na grade curricular do curso, há pouca menção acerca da legislação educacional e das resoluções da SEE; o que gera ao estudante a falta de conhecimento das leis, durante e após a formação. Há necessidade de uma tutoria realizada por um inspetor experiente, para que o estudante se sinta mais próximo da realidade com a qual lidará.

Percebeu-se que vários inspetores sequer são conhecidos pela comunidade escolar, por ter contato apenas com o diretor. Também ocorre um distanciamento desse mediador entre a Superintendência e Escola. Atuam mais diretamente com a gestão escolar, precisamente diretor e vice-diretor como ainda são denominados.

Ainda, em 2022, vê-se o inspetor como profissional arbitrário, ditador, e amedrontador dentro das escolas. Esse estereótipo foi criado devido às cobranças feitas, sem muito diálogo com a comunidade escolar, principalmente com os professores. As regras e leis são informadas para que os profissionais da escola cumpram, talvez, sem nenhuma discussão prévia com eles. Na maioria das vezes, apenas repassadas pela gestão da escola. É interessante que esse profissional seja mais amigável, acolhedor e, afinal, educador.

Percebeu-se que muitos, ou quase todos, já foram professores, e com anos de experiência e vivência em sala de aula. É preciso uma maior visibilidade e proximidade com a escola, dentro de um ambiente amigável e democrático.

Constatou-se haver lacunas sobre temas na formação, tais como, a relação do inspetor





e escola e resolução de conflitos. É necessária também mais agilidade na orientação e informação à gestão escolar, de uma forma mais profissional, humana, equilibrada e flexível. Que as trocas de experiências continuem sendo realizadas entre os inspetores, também entre gestão e professores, no intuito de promover conhecimento, motivação, humanidade e bons resultados!

4. REFERÊNCIAS

BIASE, Érica Giaretta; SILVA, Flávia Junqueira da. Inspeção escolar no contexto das políticas de gestão democrática de educação. **Latin American Journal of Development**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 2858–2868, 2021. ISSN: 2674-9297. Disponível em: <https://latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/750>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL, Lei 5692 de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases**.

BRASIL. Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Diário Oficial da União, Brasília, Nº. 248, de 23 de dezembro de 1996. Dicionário de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 10 abr. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 3428 de 2017. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3428-17-r.pdf>. Acesso em 13 mai. 2018.

MINAS GERAIS. EDITAL SEPLAG/SEE Nº. 01 /2011, de 11 de julho de 2011Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2011/Julho/edital-see-11-07-.pdf>. Acesso em 19 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Portal da Transparência. Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SANTIAGO, Marcus Antônio. As contribuições do serviço de inspeção escolar para o desenvolvimento da educação básica. **PhD Scientific Review**, [vol.01, n03](#), p.105-114, 2021. ISSN: 2676-0444. Disponível em: <http://www.revistaphd.periodikos.com.br/journal/revistaphd/article/doi/10.53497/phdsr1n3-001>. Acesso em: 29 mar. 2022.

